

*22 de abril*

# SIMULADO TRF-3



**Estratégia**  
CONCURSOS

# Simulado Especial – Direito Administrativo

## TRF 3ª REGIÃO

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO ESPECIAL

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRF;
- 2 – A prova contém **15 questões** que abordam temas de Direito Administrativo cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelo Prof. Herbert Almeida com base no perfil da banca organizadora FCC, com alternativas A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 6 – **A partir das 19h, o Prof. Herbert Almeida iniciará a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Ele resolverá todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.
- 9 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TRF3-22-10>**

- |                |                |
|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 13 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 14 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 15 - A B C D E |
| 04 - A B C D E |                |
| 05 - A B C D E |                |
| 06 - A B C D E |                |
| 07 - A B C D E |                |
| 08 - A B C D E |                |
| 09 - A B C D E |                |
| 10 - A B C D E |                |
| 11 - A B C D E |                |
| 12 - A B C D E |                |

**Direito Administrativo**

**01.** Suponha que um determinado Município esteja sofrendo com diversos furtos, o que vem chamando a atenção da imprensa local e até nacional. Preocupado com a repercussão negativa, o Governador do Estado em que está situado o referido Município encaminhou projeto de lei, que foi aprovado pelo Poder Legislativo estadual, instituindo, por prazo determinado, o horário de funcionamento reduzido para os estabelecimentos comerciais, evitando assim o horário noturno, em que a maioria dos assaltos estão acontecendo. Sobre essa situação hipotética e à luz dos poderes e competências administrativas, assinale a alternativa correta:

- a) a distribuição de competências no exercício do poder de polícia autoriza que o estado da Federação edite a referida lei, pois a definição do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais é competência do ente estadual, conforme estabelecido pela jurisprudência pátria.
- b) a competência para a fixação do horário dos estabelecimentos bancários, para atendimento ao público, é da União, de forma que, caso o ente estadual edite essa lei, os bancos ficariam de fora da determinação, mas a determinação estadual é legítima para os demais estabelecimentos comerciais.
- c) a lei é inconstitucional, por vício de competência, pois a jurisprudência vinculante estabelece que cabe aos municípios a competência para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- d) por se tratar de interesse estadual, o Governador é a autoridade competente para editar a referida lei, sendo que a matéria regulada se insere no âmbito do seu poder normativo-regulamentar, e não no poder de polícia.
- e) ao afetar os interesses estaduais, com base no princípio da predominância do interesse, a competência municipal seria transferida, por avocação, à autoridade competente estadual, no caso, para o Governador.

**02.** Sobre a convalidação dos atos administrativos, considere os itens a seguir.

- I. A convalidação é o modo pelo qual um vício existente em um ato ilegal é suprido, com efeitos retroativos à data de sua prática.
- II. A convalidação é sempre feita pela administração, não se admitindo que o administrado convalide um ato administrativo.
- III. Em situações de excepcional interesse público, admite-se a convalidação de ato administrativo com vício de finalidade.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

**03.** A separação de poderes estabelecida pela Constituição Federal determina que ao Poder Executivo incumbe a função típica de administrar, de forma que, quando no desempenho das tarefas inerentes a essa função, a Administração pública

- a) se submete ao controle interno e externo do Poder Judiciário, no que se refere à legalidade, vedada a interferência de outros órgãos ou entidades, especialmente quando diante de atuação discricionária.
- b) admite o controle externo realizado pelos órgãos da administração direta, indireta e pelo Tribunal de Contas, mas, no âmbito deste último, a análise de mérito é mais restrita do que o controle realizado pelo Judiciário, que o faz sem distinção.
- c) admite o controle interno, realizado pelos órgãos de sua própria estrutura, e o controle externo, realizado pelo Judiciário e pelos Tribunais de Contas, vedada, em qualquer caso, a análise de aspectos discricionários.
- d) se submete apenas ao controle interno, denominado autotutela, realizado apenas pelos órgãos que integram sua própria estrutura e vedada a análise externa de aspectos discricionários de sua atuação.
- e) se submete ao controle externo exercido pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, que pode abranger análise de critérios que, em alguns casos, excedem a legalidade, tal como a economicidade.

**04.** No curso de processo administrativo disciplinar movido em face de Maria, servidora federal regida pela Lei nº 8.112/90, a autoridade competente tomou conhecimento de um pedido de exoneração protocolado pela servidora. Tendo em vista essa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) Maria só poderá ser exonerada a pedido após a conclusão do processo e do cumprimento da penalidade, acaso aplicada.
- b) o pedido de exoneração pode ser deferido, em qualquer fase do processo.
- c) a servidora terá o prazo de sessenta dias para comprovar sua inocência, situação na qual será exonerada, considerando-se a data do desligamento a data do protocolo do pedido.
- d) o pedido de exoneração pode ser deferido desde que Maria assuma o compromisso, nos autos, de comparecer a todos os atos do processo e atender às notificações que lhe forem endereçadas.
- e) Maria não pode ser exonerada a pedido e nem de ofício, pois a lei determina que se aguarde a conclusão do processo para que o seu desligamento seja possível.

**05.** A respeito das disposições constitucionais e jurisprudenciais acerca do acesso aos cargos públicos, pela via do concurso público, assinale a alternativa incorreta.

- a) o diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na posse e não na inscrição para o concurso público.
- b) o portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.
- c) só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
- d) o portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos.
- e) é inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, exceto nos casos autorizados por lei.

**06.** Suponha que Joana tenha sido investida irregularmente em cargo público de analista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Ocorre que, durante certo período, praticou vários atos administrativos, dando o regular andamento aos processos de sua secretaria. Decorrido mais um tempo, o Tribunal descobriu a irregularidade, e, em relação aos atos praticados por Joana, declarou que eram válidos, pois, segundo justificativa, os atos pertencem ao órgão e não ao agente público. Nessa situação, temos a aplicação específica do princípio da

- a) publicidade dos atos administrativos.
- b) impessoalidade.
- c) eficiência.
- d) motivação.
- e) instrumentalidade das formas.

**07.** Uma unidade administrativa do TRF da 3ª Região deseja alienar alguns bens imóveis integrantes do seu acervo patrimonial. Nesse caso, a alienação do bem:

- a) não depende de autorização legislativa, uma vez que não se trata de órgão do Poder Executivo, mas dependerá de avaliação prévia e de licitação, na modalidade definida conforme o valor estimado do imóvel.
- b) independerá de autorização legislativa, desde que a origem do imóvel haja derivado de procedimento judicial ou de dação em pagamento, situação em que será cabível a modalidade leilão ou concorrência, a critério da autoridade competente.
- c) será realizada mediante dispensa de licitação, desde que o bem seja de valor igual ou inferior a R\$ 3,3 milhões, procedendo-se a adjudicação consoante a demonstração do interesse público.

d) dependerá, em regra, de licitação, na modalidade tomada de preços ou concorrência, conforme o valor estimado do objeto, podendo ainda ser realizada a adjudicação direta, desde que haja autorização legislativa.

e) é inviável, uma vez que os bens públicos são inalienáveis, independentemente de sua utilização.

**08.** A Administração pública federal firmou diversos contratos de prestação de serviços de natureza continuada, essenciais para a manutenção e prestação adequada dos serviços públicos. Contudo, no curso da execução do contrato, uma alteração legislativa provocou a redução da carga tributária, reduzindo os encargos trabalhistas e desonerando a folha de pagamento de diversas empresas contratadas. Com base nas disposições da Lei 8.666/93 acerca dos contratos, tal fato

a) por se tratar de alteração tributária posterior à celebração dos contratos e que beneficia a contratada, descabe o reequilíbrio econômico-financeiro por parte da Administração, que poderá utilizar medidas compensatórias em momento oportuno, como a não aplicação do reajuste anual nesses contratos.

b) caracteriza álea econômica extraordinária, situação que autoriza a Administração a rescindir o contrato ou anulá-lo, discricionariamente, situação na qual terá que realizar nova licitação buscando atingir preços compatíveis com o novo panorama econômico encontrado.

c) autoriza a revisão dos contratos celebrados, na hipótese de ficar comprovado que a alteração na legislação trouxe repercussão nos preços contratados, de forma que até mesmo se admite a redução dos preços a partir dessa revisão.

d) enseja a necessária atuação da comissão de licitação, que irá verificar o real impacto das alterações tributárias na margem de lucro das empresas, confrontando com o tamanho do benefício aos cofres públicos, para então ficar definido se o equilíbrio entre o interesse público e privado pode ser mantido.

e) não atinge os contratos em curso, tendo em vista o benefício trazido às empresas contratadas através de lei, o que não pode ser utilizado pela Administração para administrativamente revisar os preços contratados.

**09.** Suponha que a União pretenda instituir uma empresa estatal para a prestação de serviços públicos à população. A criação dessa empresa deve

- a) ser autorizada previamente em audiência pública, realizada para que os representantes do setor econômico em que irá atuar possam manifestar sua concordância ou discordância.
- b) ser criada por lei, observando a legislação civil e comercial quanto às formalidades para criação, mas, quanto ao capital dessas empresas, as normas incidentes são apenas de direito público;
- c) observar a legislação aplicável para a criação de empresas privadas, registrando os atos constitutivos no registro competente, com a diferença de que a criação deverá ser previamente autorizada por lei;
- d) se submeter integralmente às regras de direito privado, não se falando em derrogação parcial por normas de direito público, tendo em vista a natureza privada dessas entidades.
- e) ser feita diretamente por lei complementar, momento em que passará a ser considerada entidade integrante da administração indireta.

**10.** José é servidor público federal e responde a processo por improbidade administrativa. Ele é casado com Joana, dona de casa, e é pai de João e Maria. Seu amigo Jacó concorreu para a prática do ato ímprobo supostamente praticado por José, que, segundo a representação do Ministério Público, consistiu na facilitação de locação de bem integrante de entidade que recebe subvenção estatal e que o Estado concorreu para a criação com menos de cinquenta por cento do patrimônio. Diante de tais informações, quando um agente público comete ato de improbidade, é sabido que

- a) para sua condenação, é indispensável a comprovação de dolo, independentemente da modalidade do ato praticado, sendo exatamente o caso da conduta praticada por José, que não admite a modalidade culposa.
- b) a conduta culposa até é admitida pela lei de improbidade, mas autoriza apenas a aplicação de penalidades acessórias ao autor do fato, não se estendendo aos terceiros que não sejam agentes públicos em sentido estrito.
- c) o dolo, especificamente nos tipos de ato como o praticado por José, é presumido, ensejando a automática configuração do ato ímprobo, que será considerado praticado por seus filhos, herdeiros legítimos, caso o agente público venha a falecer no decorrer do processo.
- d) a participação de terceiros na configuração do ato ímprobo é permitida pela lei, induzindo, concorrendo ou se beneficiando da prática do ato, podendo sofrer as sanções previstas na legislação, no que couber.
- e) não é indispensável a comprovação do dolo para a configuração do ato de improbidade, em qualquer hipótese, que apenas poderá ser imputado a Jacó caso

este também seja servidor público estatutário ou celetista.

**11.** No curso de uma licitação na modalidade pregão realizada no âmbito de um Tribunal Regional, declarado o vencedor do certame, um dos licitantes não aceitou o resultado e manifestou, imediatamente, a sua intenção de recorrer. Contudo, não apresentou a devida motivação. Com base no que dispõe a Lei nº 10.520/02, a ausência de motivação do licitante

- a) não impede o recebimento do recurso, de forma que o licitante poderá apresentar a devida motivação no prazo de 3 (três) dias, quando tiver que apresentar suas razões.
- b) é mera formalidade, que não impede o acolhimento do recurso, desde que as razões sejam devidamente fundamentadas e apresentadas no prazo de 5 (cinco) dias.
- c) a demonstração da intenção de recorrer não precisa ser motivada, ao contrário das razões recursais, que devem conter a devida fundamentação legal.
- d) importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.
- e) não importa a decadência do direito ao recurso, podendo ocorrer a adjudicação do objeto ao vencedor caso a autoridade acolha as razões apresentadas no prazo legal.

**12.** Maria trafegava com seu veículo em via pública, obedecendo à sinalização e às regras de trânsito, quando foi surpreendida com uma batida na traseira. O motorista João, que causou o acidente, era um servidor público e dirigia um veículo oficial. Ficou comprovado que o automóvel pertencente à Administração estava em velocidade acima da permitida para a via, além de ter infringido outras normas de trânsito que contribuíram para o acidente. Além disso, João estava de férias, mas estava levando alguns documentos oficiais a outro órgão, a pedido de sua chefia. Diante da situação apresentada, Maria, como particular:

- a) deverá demandar em face de Joana diretamente, eis que, no momento do acidente, a servidora estava de férias, o que descaracteriza a responsabilidade estatal e faz com que a ação seja julgada com base na responsabilidade subjetiva.
- b) no caso narrado, mesmo de férias, Joana responde direta e pessoalmente pelo dano causado, devendo ser demandada judicialmente em litisconsórcio passivo com o ente público, que será seu procurador legalmente estabelecido.
- c) Maria poderá ingressar com ação de indenização em face da pessoa jurídica estatal, sendo incabível o ajuizamento de ação diretamente contra Joana, que, por sua vez, responderá em ação regressiva, caso tenha agido com dolo ou culpa.
- d) tem a possibilidade de ajuizar a ação diretamente contra o Joana, servidora suposta causadora do dano, contra o Estado ou contra ambos, se assim desejar.
- e) somente as pessoas jurídicas de direito público, ou as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços públicos, é que poderão responder, objetiva ou subjetivamente, pela reparação de danos a terceiros, sendo vedada a responsabilização dos servidores, que são meros representantes do Estado.

**13.** Determinado Município não possui legislação própria que regule os processos administrativos em seu âmbito de competência. Um servidor estatal pretende anular um ato administrativo ilegal praticado há quatro anos, com base no poder de autotutela conferido à administração, porém suscitou dúvidas quanto ao prazo que teria para editar o ato anulatório. De acordo com o entendimento jurisprudencial aplicável, está correto afirmar que

- a) a Lei 9.784/1999 é uma lei federal e, portanto, aplica-se somente à União no exercício de sua função administrativa, razão pela qual o município deverá recorrer à legislação civil para solucionar a dúvida quanto ao prazo decadencial aplicável.
- b) a lei federal pode ser aplicada no âmbito municipal, de forma subsidiária, especialmente no que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos, se inexistente norma local e específica que regule a matéria.

c) o servidor não poderá anular o referido ato, eis que, apesar do entendimento de que a lei federal poderia ser aplicada de forma subsidiária diante da inexistência de legislação específica, o prazo decadencial trienal já se esgotou.

d) o prazo decadencial quinquenal é previsto na legislação civil, de forma que a ausência de legislação municipal específica impede a anulação do ato, que necessariamente deverá ser convalidado pelo servidor.

e) independentemente de autorização específica, a lei federal poderá ser utilizada supletivamente nos casos de ausência de legislação local, mas no caso do enunciado a anulação se tornou inviável pelo decurso do tempo.

**14.** A Lei 8.112/90 estabelece uma série de deveres e proibições no exercício das funções dos servidores públicos federais, cuja inobservância pode acarretar a aplicação de sanções. A esse respeito, considere:

- I. cumprir as ordens superiores, inclusive quando manifestamente ilegais.
- II. não guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- III. valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.
- IV. ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.

Estão sujeitas à penalidade de demissão apenas a(s) transgressão(ões) dos itens:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) III e IV.
- e) I, II, III e IV.

- 15.** Segundo a legislação, a natureza especial conferida às agências reguladoras é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos, bem como pelas demais disposições constantes desta Lei ou de leis específicas voltadas à sua implementação. Nessa linha, considerando que João foi nomeado diretor de uma agência reguladora no âmbito federal, ao assumir essa função ele deve estar ciente de que
- a) os servidores dessas entidades são servidores estatutários, contudo, pelas atividades exercidas, direcionadas ao setor privado, seu patrimônio não é tutelado pela lei de improbidade.
  - b) João, como diretor ocupante de cargo de confiança e exercente de mandato com prazo determinado, não responde por improbidade administrativa, ao contrário dos demais servidores concursados, que ficam sujeitos à essa legislação.
  - c) apenas as agências que são autorizadas por lei a exercer poder de polícia possuem poder normativo, que é ilimitado e abrange quaisquer aspectos que digam respeito à sua área de atuação.
  - d) a maior autonomia conferida às agências reguladoras faz com que as suas decisões sejam passíveis de revisão somente através de recurso hierárquico na esfera administrativa, vedada a interferência do Poder Judiciário.
  - e) as agências reguladoras que controlam atividades objeto de concessão de serviço público podem desempenhar, nos termos da lei que as institui, atribuições de poder concedente.

# Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TRF3-22-10>

***Aulão Presencial TRF-3 (30/11)***

***Garanta seu ingresso!***

***Não é assinante?***

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE